



# CONCURSO PÚBLICO

ADVOGADO

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

NOME DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ DATA: / /

ASSINATURA \_\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES

- Esta prova consta de:  
Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos ..... 100,00 pontos
- As questões devem ser assinaladas com um X nos parênteses da alternativa correta e depois no número correspondente da Folha de Respostas. Faça marcas fortes como no modelo  A  B  C  D  E
- Se você acha que alguma questão apresenta problema, solicite a folha de observação ao fiscal de sua sala.
- Se necessário use os espaços em branco para rascunho, não precisa apagar.
- Você terá três horas para fazer a prova e preencher a Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas deverá ser assinada pelo candidato.
- Após o término da prova, este caderno deverá ser entregue ao fiscal de sala.
- Os fiscais de aplicação de provas não possuem autonomia para opinar sobre a elaboração, os conteúdos, as respostas e a anulação de questões.
- Gabarito disponível na segunda-feira a partir das 14h.

Favor aguardar a autorização do fiscal para abrir este caderno e iniciar a prova.

O destaque deverá ser realizado pelo fiscal de sala.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

## Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos

Leia o texto abaixo e responda as questões de 01 a 10.

### Areias de Portugal

No meio do quintal, ao lado da casa, havia a mangueira, enorme, de um de seus ramos o pai pendurara um balanço que teve seus dias de glória até que meu irmão dele se despençou. Minha mãe iniciou campanha feroz e bem-sucedida, o balanço serviu de lenha numa fogueira de Santo Antônio.

Naqueles dias, Humberto de Campos publicara uma página de suas memórias, evocando o cajueiro de sua infância. Meu pai lera a crônica para mim. Recortei-a do jornal e quase a decorei. Pior: procurei imitar o menino que subia nos galhos mais altos e gritava: "Suba, suba, gajeiro, naquele topo real, para ver se tu avistas terras de Espanha, Otolina, areias de Portugal!".

Passei a subir nos galhos mais altos, onde descobri um nicho no meio das folhas verdes e perfumadas - como só as mangueiras sabem ter. E lá de cima eu também gritava aos ventos da Boca do Mato, garantindo que via terras de Espanha, quando, na verdade, via apenas os tetos cor de moringa da vizinhança, ao longe a torre mais-que-branca da Matriz de Nossa Senhora da Guia e, depois, a formidável massa azulada do pico da Tijuca.

Pois ontem, tantos anos depois, sonhei com a mangueira dos dias antigos do passado. No sonho, ela surgia destacada, talvez mais alta e mais espetacular. E como na paisagem do sonho era quase noite, ela parecia iluminada por dentro, um pouco fosforescente, mas sem dúvida era a minha mangueira, intacta, esperando por mim. Olhei-a bem e não foi difícil encontrar em seus ramos mais altos, o nicho de folhas verdes e perfumadas - como só as mangueiras sabem ter: Lá estava ele, também, intacto, reconheci até mesmo o galho mais forte em que me segurava com maior confiança, deixando a outra mão livre para proteger os olhos do sol e dos ventos do mar largo. E de onde o menino, que nada vira do mundo até então, assombrado, avistava terras de Espanha, areias de Portugal.

Texto adaptado de Carlos Heitor Cony

- 01 - Qual afirmação sobre o texto é correta?  
a) Humberto de Campos mostrou a Cony as areias de Portugal. ( )  
b) O autor narra uma reminiscência da infância. ( )  
c) A perda do balanço é o tema central do texto. ( )  
d) A mangueira do texto de Humberto de Campos inspirou o autor. ( )
- 02 - As casas da vizinhança que o autor via quando estava em cima da árvore tinham a cor:  
a) preta ( )  
b) branca ( )  
c) de barro queimado ( )  
d) azulada ( )
- 03 - Pelo texto depreende-se que a Matriz Nossa Senhora da Guia ficava:  
a) no Brasil ( )  
b) na Espanha ( )  
c) em Portugal ( )  
d) no Bairro Santo Antônio ( )
- 04 - A árvore descrita por Cony já adulto:  
a) é uma mangueira. ( )  
b) é vista em sonho. ( )  
c) ficava próxima ao mar. ( )  
d) a, b e c estão corretas. ( )
- 05 - O último parágrafo do texto transcreve o sentimento do autor de que:  
a) vira Espanha e Portugal, sem ter ido lá. ( )  
b) como adulto nada conhece do mundo realmente. ( )  
c) correa sério risco de queda da mangueira, porque se segurava só com uma das mãos. ( )  
d) a, b e c estão corretas. ( )
- 06 - O balanço do quintal teve fim porque:  
a) virou lenha. ( )  
b) o seu irmão caiu dele. ( )  
c) a mãe não quis mais. ( )  
d) a, b e c estão corretas. ( )
- 07 - No texto, a palavra menino:  
a) aparece duas vezes e se refere ao autor. ( )  
b) só aparece uma vez e diz respeito ao irmão que caiu do balanço. ( )  
c) surge duas vezes sendo pela ordem Humberto de Campos e Carlos Heitor Cony. ( )  
d) aparece nos devaneios do autor em três momentos diferentes. ( )

- 08 - "No sonho **ela** surgia destacada." O termo destacado é o pronome que está no lugar:  
a) da paisagem ( )  
b) da mangueira ( )  
c) das areias de Portugal ( )  
d) da infância distante ( )
- 09 - Vão ou reentrância encontra sua sinonímia em:  
a) teto ( )                      b) fosforescência ( )                      c) gajeiro ( )                      d) nicho ( )
- 10 - Qual oração está na segunda pessoa?  
a) ...avistava terras da Espanha, areias de Portugal. ( )  
b) ...eu também gritava aos ventos... ( )  
c) ...para ver se tu avistas. ( )  
d) ...ela parecia iluminada por dentro. ( )
- 11 - Assinale a alternativa correta quanto ao uso da crase:  
a) Ela quer ir à São Paulo. ( )                      c) Encontrei lá um garoto à ler um livro. ( )  
b) Estava lá às duas da manhã. ( )                      d) A sala à que me dirigi era espaçosa. ( )
- 12 - Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal:  
a) A maioria dos estudantes aprovou a ideia. ( )  
b) Um bando destruíram o jardim da casa central. ( )  
c) Mais de um colega se ofendeu na discussão. ( )  
d) a, b e c estão corretas. ( )
- 13 - Assinale a alternativa correta acerca dos entes que compõem a Administração Pública Indireta:  
a) As autarquias compõem a Administração Pública Indireta, têm personalidade jurídica própria, capacidade de autoadministração e não exigem lei para serem criadas. ( )  
b) As sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado. ( )  
c) As empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público. ( )  
d) Em razão de se dedicarem ao desempenho de atividade de natureza econômica, nem as empresas públicas, nem as sociedades de economia mista se sujeitam ao controle estatal. ( )
- 14 - Maria Sylvia Zanella Di Pietro define procedimento administrativo como "o conjunto de formalidades que devem ser observadas para a prática de certos atos administrativos" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, São Paulo: Atlas, 2010, p. 623). A respeito do procedimento administrativo, inclusive na modalidade disciplinar, assinale a alternativa correta:  
a) A Constituição da República assegura aos litigantes, em processo judicial, o contraditório e a ampla defesa. Tal garantia, contudo, não se estende às partes do procedimento administrativo. ( )  
b) Em todos os processos que envolvem solução de controvérsias ou que resultem em alguma decisão por parte da Administração há, pelo menos, três fases: instauração, instrução e decisão. ( )  
c) O princípio da publicidade não se aplica aos procedimentos administrativos, em razão da proteção à intimidade. ( )  
d) Após a promulgação da Constituição da República de 1988, continua sendo possível a aplicação da verdade sabida, eis que o processo administrativo não tem como sanção possível pena privativa de liberdade. ( )
- 15 - A respeito das leis, sua eficácia no tempo e no espaço e interpretação, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42):  
a) O prazo geral de *vacatio legis*, salvo disposição em contrário, é de 60 (sessenta) dias para entrada em vigor da lei em todo o país. ( )  
b) Se, antes da entrada em vigor da lei, ocorrer nova publicação de seu texto, para correção, o prazo de *vacatio legis* começará a correr da nova publicação. ( )  
c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá de acordo com os fins sociais e as exigências do bem comum. ( )  
d) A Lei nº 12.376/10 alterou a ementa do Decreto-Lei nº 4.657/42 a Lei de Introdução ao Código Civil para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Tal alteração foi apenas no nome da referida lei, não implica em qualquer mudança no que se refere ao campo de aplicação dela. ( )

- 16 - O Código Civil, Lei nº 10.406/02, conceitua domicílio, no art. 70, como o lugar onde a pessoa natural estabelece sua residência com ânimo definitivo. Em alguns casos, porém, o Código Civil estabelece domicílio necessário, ou seja, determina previamente qual ele será. Assinale a alternativa que contenha uma hipótese de pessoa com domicílio necessário, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02):
- a) Para o maior de 18 anos, porém menor de 21 anos. ( )
  - b) Para a mulher casada no regime de comunhão universal de bens. ( )
  - c) Para o preso sentenciado por decisão condenatória irrecorrível. ( )
  - d) Para o mendigo sem residência habitual. ( )
- 17 - Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:
- a) José não comete ato ilícito se, por ação voluntária, viola direito e causa dano exclusivamente moral a Maria. ( )
  - b) Na hipótese de João, ao exercer um direito de propriedade seu, exceder manifestamente os limites impostos pelos bons costumes não há ato ilícito, já que o direito de propriedade é oponível *erga omnes*. ( )
  - c) Ato praticado em legítima defesa, se causar dano a outrem, será considerado ilícito, na esfera civil. ( )
  - d) Se Joaquim, perseguido por um animal enfurecido, destruir a cerca da casa de Josué, sendo que era o único meio de escapar, não cometerá ilícito. ( )
- 18 - São hipóteses de invalidade do negócio jurídico tanto as nulidades, como as anulabilidades. Assinale a alternativa que contenha um vício do negócio jurídico que leva à nulidade, de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02):
- a) O negócio jurídico não se revestir da forma prescrita em lei. ( )
  - b) Dolo. ( )
  - c) Coação. ( )
  - d) Fraude Contra Credores. ( )
- 19 - O art. 2º, da Lei nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, conceitua *consumidor* como "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". Com base no conceito legal, assinale a alternativa que caracteriza uma relação de consumo:
- a) Uma empresa X celebra um contrato de fornecimento de insumos com uma empresa Y. ( )
  - b) João adquire frutas e verduras em um centro de abastecimento para revender em sua quitanda. ( )
  - c) Uma microempresa adquire uma televisão para entretenimento de seus funcionários. ( )
  - d) Maria adquire flores de um distribuidor para revenda em sua floricultura. ( )
- 20 - A Constituição da República atribui ao poder público municipal a execução da política de desenvolvimento urbano. A respeito desta assertiva assinale a alternativa correta:
- a) Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade não é objetivo da política de desenvolvimento urbano. ( )
  - b) O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, razão pela qual ele é obrigatório para todas as cidades brasileiras. ( )
  - c) O bem-estar dos habitantes da cidade é objetivo da política de desenvolvimento urbano. ( )
  - d) A propriedade urbana não cumpre sua função social ainda que atenda às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. ( )
- 21 - Quanto à ordem social e aos direitos políticos, assinale a alternativa incorreta, de acordo com a Constituição da República:
- a) A ordem social tem como objetivos o bem-estar social e a justiça social. ( )
  - b) A Constituição da República estabelece recursos mínimos a serem aplicados pelos Municípios nas ações e serviços de saúde. ( )
  - c) As universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ( )
  - d) O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, mas não apoiará e nem incentivará a difusão das manifestações culturais. ( )



- 22 - Quanto ao mecanismo constitucional da injunção, assinale a alternativa incorreta:
- a) O mandado de injunção guarda a finalidade de suprir a omissão do legislador infraconstitucional na edição de normas regulamentadoras. ( )
  - b) Pode-se afirmar que o mandado de injunção é um meio de controle difuso da inconstitucionalidade por omissão. ( )
  - c) A jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal vem entendendo que o Poder Judiciário pode, em sede de julgamento de mandado de injunção, determinar a aplicação imediata do direito reclamado ou fixar prazo para edição da medida. ( )
  - d) O mandado de injunção possui lei que disciplina um rito próprio para seu processamento, o qual é exclusivo desta ação constitucional. ( )
- 23 - Quanto aos direitos políticos, assinale a alternativa correta:
- a) Embora o voto seja obrigatório para os maiores de 18 (dezoito) anos, o alistamento eleitoral lhes é facultativo. ( )
  - b) A idade mínima de 18 (dezoito) anos, bem como o alistamento eleitoral, são condições de elegibilidade para o cargo de vereador. ( )
  - c) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores. ( )
  - d) A nacionalidade brasileira não é condição de elegibilidade para o cargo de vereador. ( )
- 24 - Quanto aos princípios gerais e constitucionais do Processo Civil, assinale a alternativa correta:
- a) A vedação às provas ilícitas, assegurada pelo art. 5º, LVI, Constituição da República, só se aplica ao Processo Penal. ( )
  - b) O Código de Processo Civil não prevê nenhuma exceção ao princípio da inércia da Jurisdição, também conhecido pelos brocardos latinos "*Nemo iudex sine actore*" ou "*Ne procedat iudex ex officio*". ( )
  - c) O art. 244, Código de Processo Civil, dispõe que: "Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial". Pode-se afirmar que tal artigo positivou o princípio da instrumentalidade de formas. ( )
  - d) As partes em litígio não são obrigadas a proceder com lealdade e boa-fé, já que o fato de estarem em litígio pressupõe que são inimigas. ( )
- 25 - A respeito da formação, suspensão, extinção do processo e sobre os atos processuais, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil:
- a) A alteração do pedido ou da causa de pedir não será permitida em nenhuma hipótese antes do saneamento do processo. ( )
  - b) A convenção das partes não suspende o processo. ( )
  - c) Em respeito ao princípio da formalidade, os atos processuais sempre dependem de forma determinada. ( )
  - d) Ainda que a citação inicial do réu seja indispensável para a validade do processo, se ele (o réu) comparecer espontaneamente, sua falta será suprida. ( )
- 26 - Quanto ao procedimento sumário e ordinário, assinale a alternativa correta:
- a) O rito comum sumário não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas. ( )
  - b) Procedimento ordinário e sumário são formas de estabelecer divisão do trabalho para os juízes, já que não há qualquer diferença de rito a ser observada em cada um deles. ( )
  - c) O procedimento comum sumário aplica-se em qualquer hipótese se o valor da causa não ultrapassar 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo. ( )
  - d) Nenhum tipo de intervenção de terceiros será admitido no rito comum sumário. ( )
- 27 - A respeito dos temas petição inicial, resposta do réu e revelia, assinale a alternativa correta:
- a) Se a petição inicial não estiver instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, será indeferida de plano pelo juiz. ( )
  - b) Dentre os requisitos da petição inicial não se encontra o requerimento para a citação do réu. ( )
  - c) A contestação, a reconvenção e a exceção são formas de resposta do réu. As duas primeiras são processadas em apenso aos autos principais, enquanto a exceção é oferecida em peça autônoma. ( )
  - d) A revelia não induz o efeito da confissão ficta se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considere indispensável à prova do ato. ( )

- 28 - Os recursos são meios voluntários de impugnação de decisões judiciais. A respeito deles, assinale a alternativa correta:
- O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. ( )
  - Apesar de a legislação federal arrolar quais os recursos cabíveis, tal rol não é taxativo, ou seja, a parte pode inovar ao atacar uma decisão e criar nova espécie de recurso. ( )
  - Todos os recursos são dotados, obrigatoriamente, de efeito suspensivo. ( )
  - O Ministério Público só pode recorrer nos processos em que é parte. ( )
- 29 - Sobre o tema da prova, assinale a alternativa correta:
- Todos os fatos, mesmo os notórios, dependem de prova. ( )
  - É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito. ( )
  - O princípio do *intra novit curia* (o juiz conhece o Direito) aplica-se no ordenamento jurídico pátrio de forma absoluta, ou seja, as regras jurídicas nunca precisam ser provadas. ( )
  - O ônus da prova incumbe, em regra, ao réu, quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao autor quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu. ( )
- 30 - Maria Faltosa, costureira, empregada na empresa Colchões Sonho Feliz LTDA., deixou de comparecer ao serviço por 13 (treze) dias no decorrer do período aquisitivo do direito a férias, de 28.09.2010 a 28.09.2011. Ocorre que Maria Faltosa casou-se com João Azarado em 16.03.2011, o qual veio a falecer em 22.06.2011. Sobre a situação descrita, assinale a alternativa correta quanto ao direito a férias de Maria Faltosa, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas:
- Maria Faltosa tem direito a 17 (dezesete) dias de férias, uma vez que devem ser descontadas, do período de 30 (trinta) dias de férias, as 13 (treze) faltas que teve durante o período aquisitivo ao respectivo direito. ( )
  - Maria Faltosa tem direito a 22 (vinte e dois) dias de férias, uma vez que, segundo a legislação trabalhista, em virtude de casamento, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até 3 (três) dias consecutivos e até 2 (dois) dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge; logo, Maria Faltosa apenas poderá ter descontadas do período de 30 (trinta) dias de férias as faltas não justificadas no decorrer do período aquisitivo do respectivo direito, que foram 8 (oito). ( )
  - Maria Faltosa tem direito a 24 (vinte e quatro) dias de férias, uma vez que, segundo a legislação trabalhista, em virtude de casamento o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por até 3 (três) dias consecutivos e até 2 (dois) dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge; logo, para o cômputo do direito a férias, considera-se que Maria Faltosa faltou apenas 8 (oito) dias, hipótese em que o respectivo direito é de 24 (vinte e quatro) dias corridos. ( )
  - Maria Faltosa tem direito a 30 (trinta) dias de férias, uma vez que, por ser constitucionalmente assegurado o direito a férias (art. 7.º, XVII), é vedada sua concessão em período menor do que de 30 (trinta) dias. ( )
- 31 - Sobre as condições especiais de trabalho previstas na legislação trabalhista, verifique as assertivas e assinale a alternativa correta:
- Em regra, a duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos não excederá a 5 (cinco) horas diárias.
  - A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de 4 (quatro) horas diárias ou de 24 (vinte e quatro) horas semanais.
  - Os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas, depois de 1h45' (uma hora e quarenta e cinco minutos) de trabalho contínuo, têm direito a um período de 25' (vinte e cinco minutos) de repouso.
  - A duração normal do trabalho dos empregados jornalistas não deverá exceder de 6 (seis) horas, tanto de dia quanto à noite.
- Todas as assertivas estão corretas. ( )
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas. ( )
  - Apenas as assertivas I e III estão incorretas. ( )
  - Todas as assertivas estão incorretas. ( )
- 32 - A Constituição da República de 1988, reconhecida como a mais significativa Carta de Direitos já escrita na história jurídico-política do Brasil, possui diversificado painel de direitos sociotrabalhistas. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais previstos no art. 7.º, da Constituição da República, exceto:
- O repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. ( )
  - A duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais. ( )
  - O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no máximo de 30 (trinta) dias. ( )
  - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). ( )

- 33 - De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. Sobre remuneração e salário, assinale a alternativa incorreta:
- O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações. ( )
  - A legislação trabalhista considera lícito o desconto salarial em caso de dano dolosamente causado pelo empregado, desde que esta possibilidade tenha sido previamente acordada. ( )
  - Apesar de permitido, no Brasil, o pagamento do salário mediante prestações *in natura*, exige-se o pagamento, em dinheiro, de, pelo menos, 30% (trinta por cento) do salário mínimo. ( )
  - Consideram-se gorjeta tanto a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, quanto a cobrada do cliente pela empresa (normalmente 10% sob a rubrica "taxa de serviço"). ( )
- 34 - A necessidade de normas de saúde, higiene e segurança visando à redução dos riscos inerentes ao trabalho encontra previsão constitucional (Constituição da República, art. 7.º, XXII) e infraconstitucional (exemplificativamente, Consolidação das Leis Trabalhistas, arts. 154 a 201). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:
- O equipamento de proteção individual (EPI) fornecido pela empresa para a proteção dos empregados contra os riscos de acidentes e danos à sua saúde, poderá ser descontado do salário do trabalhador que o utilizar. ( )
  - O exercício de trabalho em condições perigosas, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo. ( )
  - Nos termos da legislação trabalhista (CLT), o direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física. ( )
  - O peso máximo que um empregado pode remover individualmente, segundo a legislação trabalhista (CLT), é de 60kg (sessenta quilogramas), independentemente se homem ou mulher. ( )
- 35 - Emanuel Volante trabalha como motorista da empresa rural Leite Gostoso LTDA., transportando, continuamente, o leite extraído das vacas até o local onde é processado, sempre dentro da propriedade rural. Sua jornada de trabalho inicia-se às 03h00min e encerra-se às 11h30min. Exatamente às 07h00min, e durante 30min, Emanuel Volante descansa em uma rede enquanto bebe café e conversa com seus colegas, costume praticado há muitos anos na região. Sobre a situação descrita, analise as assertivas abaixo de acordo com a Lei n.º 5.589/1973 (Lei do Trabalho Rural) e seu regulamento (Decreto n.º 73.626/1974), bem como conforme a jurisprudência consolidada do TST, e assinale a alternativa correta.
- Emanuel Volante não é considerado empregado rural, uma vez que trabalha como motorista, atividade que, por sua própria natureza, configura trabalho urbano, independentemente do local onde realizada. ( )
  - Emanuel Volante tem direito ao adicional noturno de 25% pelo trabalho realizado das 03h00min às 04h00min. ( )
  - Emanuel Volante tem direito ao adicional noturno de 20% pelo trabalho realizado das 03h00min às 05h00min. ( )
  - Emanuel Volante não tem direito a um intervalo para descanso maior do que 30min, pois a legislação aplicável a ele determina que o intervalo para repouso e alimentação observará os usos e costumes da região. ( )
- 36 - Vigência pode ser definida como "aquele atributo da lei que lhe confere plena disponibilidade para sua aplicação" (BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 127, apud SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 629.). A respeito do tema da vigência da legislação tributária, assinale a alternativa correta:
- Em razão das características próprias do Direito Tributário, a vigência da lei tributária rege-se por normas diferentes daquelas aplicáveis às normas jurídicas em geral. ( )
  - Como vigência e eficácia são termos sinônimos, uma lei que aumente o valor a ser recolhido a título de ISS entrará em vigor e gerará efeitos na mesma data. ( )
  - A vacância, também conhecida pela expressão latina *vacatio legis*, será posterior à eficácia da lei tributária, mas anterior à publicação da mesma lei. ( )
  - Em matéria de legislação tributária, há vigência sem eficácia, mas não há eficácia sem vigência. ( )



- 37 - "Aplicar a legislação tributária implica concretizar o desiderato normativo, resultante da vontade do legislador, no plano fático." (SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 641). Quanto à aplicação da legislação tributária, assinale a alternativa correta:
- a) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, mas não aos pendentes. ( )
  - b) A lei tributária aplica-se sempre ao fato ou ato pretérito. ( )
  - c) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei aplica-se ao ato ou fato pretérito quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, mesmo que tenha implicado em falta de pagamento de tributo. ( )
  - d) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei aplica-se ao ato ou fato pretérito quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. ( )
- 38 - "**Integrar a norma no sistema jurídico significa inseri-la, ativamente, no ordenamento vigente, ou seja, torná-la parte do sistema normativo, para que suas regras tenham eficácia sistemática na incidência sobre os fatos**". (SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 684). Quanto à integração da legislação tributária, assinale a única alternativa incorreta:
- a) O art. 108, CTN, que dispõe sobre os mecanismos de integração tributária, impõe uma ordem para que sejam aplicados. ( )
  - b) O art. 108, CTN, que dispõe sobre os mecanismos de integração tributária arrola, dentre eles, a equidade. ( )
  - c) O art. 108, CTN, que dispõe sobre os mecanismos de integração tributária, impõe que os princípios gerais de Direito Público prevaleçam sobre os do Direito Tributário. ( )
  - d) O art. 108, CTN, que dispõe sobre os mecanismos de integração tributária, impõe que os princípios gerais de Direito Tributário prevaleçam sobre os de Direito Público. ( )
- 39 - Leia as afirmações.
- I - Evo, natural da Bolívia é residente e domiciliado no Brasil e foi contratado para trabalhar no Brasil em sucursal.
  - II - Antônio Popular ocupa cargo comissionado na Prefeitura de Vivantes e não está vinculado a regime próprio de Previdência Social.
  - III - José presta serviço de natureza urbana, em caráter eventual, a cinco empresas, sem relação de emprego.
- São consideradas segurados obrigatórios Previdência Social as pessoas descritas em:
- a) I, II e III ( )
  - b) I e II somente ( )
  - c) II e III somente ( )
  - d) I e III somente ( )
- 40 - Segundo a Lei nº 8.213 de 1991, mantém a qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social, independente de contribuição até:
- a) 12 (doze) meses após o livramento o segurado retido ou recluso. ( )
  - b) 12 (doze) meses, quem está em gozo do benefício. ( )
  - c) 6 (seis) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória. ( )
  - d) 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo. ( )